



Anais da Assembléia

N.º 52

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1977 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 78/76, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, da cidade de Maringá. Parecer favorável, com Substitutivo Geral, da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO, PELO SUBSTITUTIVO GERAL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, extraordinária, para a próxima terça-feira, com a Ordem do Dia a ser anunciada na sessão ordinária de segunda-feira próxima.

Levanta-se a Sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1977

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, José Do-

mingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. VIRGINIA PEDROSO, ocorrido ontem, nesta Capital.

A extinta, que desaparece após pertinaz moléstia, deixa uma grande lacuna aos seus inúmeros amigos e familiares, dentre os quais seu dedicado filho ALBARI PEDROSO, funcionário desta Casa, atualmente lotado no Gabinete da Quarta Secretaria.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à excelentíssima família.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A cidade de Centenário do Sul, vive hoje o seu maior drama, e com ela o nosso próprio Estado, quando vê desaparecer um autêntico líder.

Levado pelas urnas para dirigir o importante município, o Prefeito APARECIDO FERREIRA LIMA, se revelou neste curto espaço de tempo como verdadeiro predestinado, propiciando um atendimento efetivo em todos os setores administrativos.

Dado o seu amor ao esporte, logo se destacou como figura proeminente no setor esportivo do município, concorrendo, decididamente, para a briosíssima representação de sua cidade sagrar-se campeã do primeiro turno de futebol.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, faleceu hoje, no Hospital de Londrina, o Prefeito Municipal da cidade de CENTENÁRIO DO SUL, Aparecido Ferreira Lima.

Sua Excelência, foi acometido de mal súbito na noite de ontem quando assistia uma partida de futebol, muito embora

não fosse o seu valente campeão "Galo Bravo" que estivesse no gramado.

Denodado esportista, excelente administrador, o seu repentino desaparecimento causou profundo impacto na sociedade centenariense, que chora a perda irreparável.

Foi Vereador, presidente da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores, tendo também marcante atuação em todas as entidades assistenciais e beneméritas da cidade, onde generosamente participava com apoio moral, pessoal e financeiro.

Nas últimas eleições foi eleito Prefeito Municipal. Os seus subsídios de Prefeito, não os recebia, pois destinou-os às entidades assistenciais locais.

Dedicado e exemplar chefe de família, deixa a lamentar a perda irreparável, a sua idolatrada esposa, dona Terezinha e seus adorados filhos, WALTER, VÂNIA e WILMAR.

Assim, Senhor Presidente, como homenagem a tão ilustre homem público, os Deputados que este subscrevem, após ouvido o Plenário, requerem seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, o registro de voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento.

Requerem ainda, que do inteiro teor deste, uma vez aprovado, seja dado conhecimento à excelentíssima família, à Cooperativa Agrária dos Cafeicultores, à Prefeitura e Câmara Municipal da cidade de Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1977.

(aa) ROSÁRIO PITELLI e JOÃO FADEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Adwaldo Cardoso Botto de Barros, solicitando a criação e instalação de uma agência do órgão no Distrito de Missal, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Missal, do Município de Medianeira, conta atualmente com um serviço de correio, o qual não vem podendo atender às necessidades da comunidade, dado o seu grande desenvolvimento sócio-econômico.

As atividades do serviço são limitadas, isto é, não abrangem vales postais, avisos de recebimento, reembolso postal e outros, obrigando os usuários a dirigirem-se à sede do município.

Com uma população de 30.000 habitantes, indústria, comércio, agricultura e pecuária em grande escala, será de todo acertada a sua criação e instalação na sede do distrito e que irá de encontro às aspirações daquela laboriosa população.

Obs: Endereço: Setor Comercial Sul - Edif. Apolo - 7.º andar - BRASÍLIA.

REQUERIMENTO

SÚMULA: O envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário dos Transportes.

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente às autoridades nominadas na súmula acima, solicitando informações dos motivos da não inclusão do percurso Amaporã-Planaltina do Paraná - Santa Isabel do Ivaí - Santa Cruz de Monte Castelo no plano para pavimentação divulgado no último dia 10.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Os habitantes e as autoridades constituídas dos Municí-

pios de Santa Isabel do Ivaí e Planaltina do Paraná necessitam tomar conhecimento dos motivos que levam os órgãos governamentais a isolá-las do processamento de comunicação viária do Estado.

A construção de rodovia asfaltada no citado trecho é objeto de contínuas reivindicações daquelas comunidades. Aliás, trata-se da mais acalentada ansiedade dos municípios que tanto contribuem para o enriquecimento do Estado. É mister salientar que Santa Isabel do Ivaí já ocupou o primeiro lugar na produção de café e é ainda dentre os municípios que mais colhem esta prodigiosa fonte de riqueza brasileira. Planaltina não é exceção de regra e ao lado da cafeicultura, pontifica uma pecuária destacada. Em minha última viagem à pujante região do Noroeste, deparei contristado com o trecho que liga Loanda à Santa Isabel do Ivaí com seus 10 quilômetros cobertos com uma "meleca asfáltica", a chamada pavimentação de baixo custo. Nas laterais, canaletas, à guiza de acostamento. E em todas estas obras eleitoreiras e assassinas, são construídos acostamentos próprios para bicicletas, pois os mesmos não ostentam nem meio metro de largura. QUE QUER O GOVERNO DO PARANÁ COM O NOROESTE DO ESTADO? POR QUE TAMANHO DESCASO?

NÃO SE DEVE BRINCAR COM QUEM TRABALHA, COM QUEM PRODUZ. ISTO É IRRESPONSABILIDADE.

E aos Senhores Prefeitos que acorreram ao chamamento do Senhor Secretário dos Transportes para a cerimônia realizada no Palácio Iguaçu, na manhã do dia 11, fica aqui um apelo ou mais, um aviso: NÃO CONCORDEM EM HIPÓTESE ALGUMA COM A TAL PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO.

Trata-se de uma farsa. Um engodo.

E para que isto fique provado, não preciso de mais de um ano, após a obra ser entregue ao tráfego.

Portanto, o futuro é a justificativa maior.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

O médico Eduardo Otto, o sério Prefeito do Município de Santa Isabel do Ivaí, cansado de esperar a participação do Estado para reabertura da estrada que liga seu município ao de Planaltina do Paraná, tomou sobre seus ombros o encargo e ali está realizando um monumental trabalho. Sucede no entanto, que aquele município possui mais de trezentos quilômetros de estradas que o cortam em vários sentidos e de cuja conservação dependem os agricultores e toda a população rural.

É injusto que as máquinas do município e os operários da Prefeitura Municipal dediquem-se à uma obra que por justa razão é de competência do Estado.

EXIGIMOS PROVIDÊNCIAS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, encarecendo suas urgentes providências junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que seja dotada a Delegacia de Polícia de Santa Helena de viaturas necessárias ao seu serviço.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

Não é admissível que o policiamento de uma cidade como Santa Helena e todo o município da faixa de fronteira que está sob sua jurisdição seja feito a pé ou com veículos emprestados por terceiros.

Município que se tem desenvolvido como grande região produtora da agricultura, recebeu forte impulso de desenvolvimento a partir das obras que ali se realizam para a construção da Usina de Itaipu. Em razão disso, é grande a movimentação de pessoas, inclusive em trânsito, que para lá trazem benefícios,

mas também recomendam maior vigilância.

Se o município da faixa de fronteira está inscrito entre aqueles abrigados pela tutela da União, justamente pela confrontação com outro País, não se pode admitir que esteja desparelhado em todos os serviços essenciais para cumprir a proteção e a tranquilidade de sua população.

Essa evidência é a razão de nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “As Federações de Indústrias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acabam de se reunir no oitavo encontro em Gramado. Dessa reunião das entidades superiores do empresariado industrial do Sul do País, resultou um documento de profunda importância, baseado em estudo apresentado pela Federação das Indústrias do Paraná, avaliando a conjuntura econômica e propondo medidas para reduzir as dificuldades que o Brasil atravessa no momento.

A Carta de Gramado, discute os grandes temas nacionais para concluir por uma série de recomendações sobre as quais vale o instante de reflexão.

Sobre a Inflação, as entidades do empresariado industrial dizem que não vale discutir se temos, no Brasil, uma inflação de custos ou de demanda, o que importa é saber que “a restrição de crédito, elevação da taxa de juros, aumento de impostos e demais encargos que agravam os custos operacionais, são fatores inflacionários, por incluírem no preço final do bem produzido. Por outro lado, a redução dos custos operacionais, através do crédito adequado e demais estímulos à produção, fortalecem a economia, combatem a inflação e, principalmente, elevam os padrões sociais”.

Em outro tópico, a Carta dos Industriais sul-brasileiros, discorre sobre a questão do crédito: “A economia brasileira assenta, profundamente, no crédito. Em consequência, de imediato, sente os reflexos bons ou maus de qualquer política creditícia”.

“Se o crédito é fácil, a demanda supera a oferta, gerando inflação, o que é ruim, embora ocorram estímulos à produção. Se o crédito é difícil, a inflação pode continuar já que os custos financeiros são repassados e, o que é pior, a produção resulta desestimulada”.

“Cabe ao Poder Público — dizem as Federações — exercer controle sobre os meios de pagamento, para prover os recursos necessários aos setores básicos. Isto vale dizer que o “passeio do dinheiro” deve ser reduzido. Em vez de sugar a quase totalidade dos meios de pagamento e após dirigir sua redistribuição, é preferível, dentro da livre economia, deixá-los nas mãos de quem os produziu”.

O trabalho aborda a questão do endividamento e da capitalização da empresa privada, para afirmar que é preciso reduzir a grau de dívidas da empresa pela sua capitalização correta.

Neste ponto lembra que qualquer esquema para fortalecimento de um autêntico mercado de capitais “só será eficiente a partir do momento em que existirem condições estruturais que permitam, na atividade produtiva, uma rentabilidade ao nível daquela do mercado financeiro”.

O documento das indústrias, critica a disputa desigual entre a empresa que busca se capitalizar e os vários instrumentos de captação de poupança: “Com efeito foi montado um excelente programa de captação de poupança nacional. Contudo, o objetivo foi deturpado: ao invés de exercer papel de alimentadora do desenvolvimento e portanto dependente desse, a poupança extrapolou-se em si mesma, de tal forma que passou a liderar a política econômica”.

A Carta de Gramado aborda ainda o Comércio Exterior, o

Balanco de Pagamentos e os Investimentos Estrangeiros. Acentua que “o dinheiro de fora deve vir para cá pela existência de boas oportunidades de negócios e não pelos negócios de oportunidade”.

Na questão de pequena e média empresa, as Federações das Indústrias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lamentam que “o atual complexo financeiro-tributário é altamente desfavorável às pequenas e médias empresas. É importante a adoção de normas contábeis-tributárias simplificadas, a fim de que o empresário, em sua gestão, possa se concentrar no trato dos negócios propriamente ditos. A propósito, seria conveniente restringir o poder para-legislativo de chefes de repartições de escalão inferior, que vivem a criar formulários para que o pequeno empresário preencha”.

Nas conclusões, o documento dos industriais pede que o Governo Federal reoriente sua ótica:

“A economia deve se desenvolver em regime de liberdade, sem paternalismo dependente e, muitas vezes, sufocante. Evidentemente, o campo econômico é instrumento para o desenvolvimento social. Compete ao Estado zelar por este fundamento básico, sem cercear, todavia, a liberdade, pedra angular da criatividade e de todos os fatores inerentes a um sistema produtivo eficiente e progressista”.

“As transformações e ajustamentos da Economia não devem ser levados a efeito de maneira inopinada e penalizadora para as empresas. Necessitam de algum tempo de maturação, amortecendo efeitos e gerando menos distorções”.

“Cabe à economia gerar e gerir seus recursos financeiros, assumindo ela mesma os riscos e usufruindo os benefícios dentro de respeito ao bem comum”.

“Ao sistema financeiro cabe suplementar e não dominar o sistema econômico. Os custos financeiros, portanto, devem representar encargos normais do processo de produção”.

E mais:

“A consolidação e simplificação do sistema administrativo-tributário, proporcionará a redução de despesas não produtivas”.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Pela sua relevância, o documento das Federações de Indústria dos três Estados sulinos, merece figurar em nossos Anais, pelo que, requeiro, também, a transcrição do inteiro teor da Carta de Gramado.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

(Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGAUREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou submetendo à Casa um Pedido de Informações à Companhia de Saneamento — SANEPAR — sobre problema de água e esgoto na cidade de Pato Branco.

Está o nosso requerimento assim formulado. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consultado o Plenário para endossar o seguinte Pedido de Informações, à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ — SANEPAR:

1. Qual tem sido, desde a incorporação do SAE na cidade de Pato Branco, o faturamento anual da Sanepar (receita e despesa?)

2. Qual o total de investimentos realizados naquele serviço e quais os números da contribuição do município?

3. Com quantas ligações foi recebido o acervo do antigo serviço autônomo de água e esgoto de Pato Branco e presentemente qual é o número de ligações existentes, bem como se

existe previsão para os números dos próximos dez anos?

4) - Quais as razões e motivos de ter sido cancelado o projeto da fonte adutora do rio Caçador? Em que fase se encontrava o referido projeto e se já haviam sido efetuadas despesas na implantação daquele projeto?

5) - Existem novos projetos para fontes adutoras? Em caso positivo, qual o montante aproximado da obra a qual será a participação do município no novo projeto?

6) - Qual a situação da rede de esgoto da cidade de Pato Branco? Existe projeto definido, como se dará sua implantação e com que recursos serão as obras custeadas?

7) - Quais as razões que levaram o encarregado e representante da SANEPAR em Pato Branco, a não atender informações e esclarecimentos da egrégia Câmara Municipal de Pato Branco?

Sala das Sessões, aos 12 de maio de 1977.

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco, solicitou esclarecimentos da Sanepar e não foi atendida. A cidade se ressentia da falta de água e um projeto de nova fonte adutora foi cancelado. Ademais, quando se concedeu empréstimo à Sanepar, vultuosíssimo por sinal, entre as obras prioritárias, estava a cidade de Pato Branco, todavia até o momento a população aguarda tal obra, e nem ao menos tem sido informada pela Sanepar de providências que lhe dizem respeito. Por outro lado, é apreensivo o quadro de abastecimento de água, principalmente pelo crescimento da população urbana e a falta de medidas da Sanepar. Urge o conhecimento da situação a fim de que a comunidade patobranquense saiba o que está acontecendo bem como possam as autoridades responsáveis diligenciar na solução daquele gravíssimo problema".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade de Pato Branco se ressentia de um grave problema, qual seja, a falta, bem evidenciada, de água, para a população.

O crescimento da cidade, nos últimos anos está determinando e prevendo o agravamento da crise da falta de água e esgoto no município, não tem dado as razões, à comunidade de Pato Branco, que a esclareçam. Mesmo através da Câmara Municipal foram formuladas, foi feito convite ao encarregado da SANEPAR, para que esclarecesse a colenda Câmara de Vereadores de Pato Branco, e, sistematicamente a SANEPAR tem sonegado as informações. Sabe-se por exemplo, que existiu um projeto para uma nova fonte adutora do Rio Caçador, cujo projeto foi cancelado e segundo alegações, porque não comportaria mais a demanda da cidade. Outros projetos seriam: encontrar-se água no Rio Chopim e no Rio Pato Branco, que são bem mais distantes, cujos projetos são bem mais caros.

O que deve no entanto ser ressaltado, é que o município tem cumprido sua obrigação para com a SANEPAR. Inclusive, deste projeto que foi cancelado, o município pagou sua quota, na ordem de 700 mil cruzeiros. E a SANEPAR não providenciou, ou não previu ou se previu, previu erroneamente, porque este projeto, que já estava sendo implantado, veio a ser cancelado, acontecendo assim nova demora e, tenho certeza, prejudicando o bom andamento daquele serviço.

O objetivo de se solicitar estas informações é que se tenha subsídios para informar à população de Pato Branco, sobre aquilo que a SANEPAR tem negado através da Câmara de Vereadores.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos aos nobres Deputados que endossem o nosso requerimento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta o nobre Líder do MDB, Deputado Trajano Bastos, se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ocupará o tempo, Sr. Presidente, o Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Santa Helena deseja tranquilidade. Mas, uma tranquilidade que permita o desenvolvimento e a harmonia social. Ocorre, porém, que Santa Helena não tem tido condições de escolher seu dirigente municipal. Ele é nomeado. O atual Prefeito exerce o cargo desde 1973. E o próprio Prefeito é causa de desavenças, não por questões de partidário político.

O atual Prefeito é acusado de corrupção por setores de seu próprio Partido, a ARENA. É acusado por ex-funcionários de utilizar recursos municipais em proveito próprio.

O atual Prefeito de Santa Helena, Sr. Francisco Antônio Muniz, não tem o apoio dos dois partidos. E não tem o apreço da maioria da população.

Justamente quando se registra o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, com a expansão das atividades econômicas lideradas pela agricultura da soja; quando se registram oportunidades de desenvolvimento pela movimentação da Usina de Itaipu, o Município de Santa Helena não tem um dirigente à altura das necessidades políticas.

As reclamações têm chegado ao Governador do Estado, para que corrija esta situação, nomeando alguém capaz de fazer voltar a harmonia a Santa Helena.

Além das acusações sobre sua conduta administrativa, o Prefeito de Santa Helena é até citado como intrigante nas relações de família, até onde chega o seu mandonismo e abuso.

Aquela autoridade conseguiu a remoção do Gerente do Banco do Estado local, cidadão benquisto, por não ser da sua corte e agrado; e agora abaixo-assinado representativo das várias atividades empresariais solicita a volta do eficiente chefe bancário.

Aquela autoridade nomeou o delegado de polícia para chefe de obras do município, um exemplo assustador para quantos vivem a política ante essa mistura de habilitações e os riscos que ela encerra. Enquanto isso, o policiamento de Santa Helena é feito à pé; não para economizar combustível mas porque não há viaturas disponíveis no município.

As autoridades federais já foram informadas do comportamento do atual Prefeito de Santa Helena. O Governador do Estado está sendo informado e deve capacitar-se da gravidade da situação local. Alguma providência precisa ser tomada e esta só pode ser removendo o chefe político do município, origem e objeto dos desacertos na administração e alvo de uma campanha popular pela restauração da autoridade consciente e responsável.

O povo de Santa Helena merece melhor sorte e espera justiça aos seus esforços em favor do progresso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado Dal'Oglio, o que V. Exa. denuncia a esta Assembléia, eu, faz-se causa específica do pronunciamento de V. Exa. que me pareceu ser mais voltado a comentários de corrupção exercida na administração pública de Santa Helena.

Não me atendo especificamente, a este fator, embora, não possa excluir, nem dessas prefeituras e nem de outras, qualquer eventualidade sobre isto, que seria um juízo temerário. O que eu penso é que Prefeitos nomeados, não têm mesmo satisfação a dar ao povo, pelo menos em tese, porque nenhum compromisso eles assumiram diretamente com o povo. A mesma coisa eu penso do Governo, dos Prefeitos de capitais, de estâncias hidrominerais, porque a atribuição é exercida por uma confiança delegada. Cabe aos Parlamentares, naturalmente oferecer denúncias e não só aos Parlamentares Estaduais como também aos municipais e sobretudo aos Municipais para que a caixa de som perturbe a tranquilidade daqueles que nomeiam esses prepostos. Para mim não passam de prepostos, porque violenta qualquer possibilidade de legitimação do seu mandato. É a preliminar que eu sempre tenho levantado aqui e que não é minha, é uma consciência até daqueles que não militam no exercício da profissão de advocacia.

É o caso, por exemplo, também análogo de Foz do Iguaçu, onde o Prefeito de Foz do Iguaçu segundo se sabe, segundo informações correntes na cidade, teria mandado edificar uma casa, cuja importância é grande e os números me fogem, e é tão grande que eu sou capaz até de cometer aqui uma injustiça de dizer menos, mas o Prefeito teria mandado fazer uma casa para residência oficial do Prefeito de Foz do Iguaçu. E outros desmandos ocorrem com outros Prefeitos nomeados. E não se pode justificar que o interesse da segurança nacional permita uma nominal absurda aberração política na Constituição, que também para mim não é Constituição, é um livrinho de somenos importância, mas que em todo o caso como não tem outra inspiração para se louvar se louva nesse livrinho ainda. E, dentro da Constituição tem esse dispositivo que chega a ser normativo, de que os Prefeitos da área de interesse da segurança nacional são para mim nomeados, e aí é que está o grande mal, porque se fosse Prefeito eleito pelo povo e isso ocorre não só em Santa Helena, mas em Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Planalto, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, toda essa faixa, Santo Antônio do Sudoeste e assim por diante. Capanema, toda a hora que se vai a um município desses as reclamações são avolumadas. E, a reclamação maior daquele povo é a discriminação que o Governo faz com eles, de que a votação deles a Prefeito, nessas áreas, causaria um óbito ao interesse da segurança nacional.

Eu não sei baseado em que filosofia o Governo extraiu esse pensamento excepcional para colocar nomeações dessa natureza. O Governo precisa se dar conta, o Governo inteiro precisa se dar conta de que já é tempo de mudar. Esses chavões que se usavam há dez anos atrás, o povo entende que não há mais oportunidade para eles. Já não há mais um suporte pseudo-lógico para que possa se continuar indeterminadamente.

E eu quero congratular-me com V. Exa., porque de uma forma específica com os Prefeitos da área de segurança nacional, que se perpetuam no poder e o poder como é da essência da filosofia, corrompe o homem. E quem sabe se alguns menos avisados se corrompa por antecipação.

E esta Casa não pode ficar alheia a problemas administrativos que precisam ser denunciados. É por isso que eu cumprimento a V. Exa. e acho de bom alvitre, deixar mais uma vez registrada a minha indignação, a minha repulsa por esta forma de indicação de Prefeitos dessa área. Nunca se decidiu tão bem quanto o povo, o povo dá, o povo tira o Poder. Por isso deve ser restabelecido o voto direto e secreto para todas as Prefeituras onde hoje, impera uma lei de exceção.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Fidelcino Tolentino, por trazer dados substanciais à nossa região do Oeste, principalmente a região de municípios, em que o Prefeito é nomeado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ORDEM DO DIA, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 195/68, de autoria do Deputado ROBERTO GALVANI, que cria no Município de FORMOSA DO OESTE, o Distrito Administrativo e Judiciário de CARAJÁ, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL, COM SUBSTITUTIVO GERAL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado, pelo Substitutivo Geral.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 60/74, de autoria do

Deputado GILBERTO CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de SÃO JOÃO DO IVAÍ, os Distritos Administrativos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar. Parecer FAVORÁVEL, COM SUBSTITUTIVO GERAL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado, pelo Substitutivo Geral”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 169/74, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que cria no Município de Pitanga, o Distrito Administrativo de Poema, com sede e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ. e CF., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA — COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. — “Aprovados, projeto e emenda”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 18/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que cria no Município de Capanema, o Distrito Administrativo de Pinheiro cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 79/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no Município de Corbélia, o Distrito Administrativo de OURO VERDE DO PIQUIRI, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL DA CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 80/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no Município de CORBÉLIA o Distrito Administrativo de Iguatu, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 81/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no Município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Braganey, com delimitações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 82/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Rio do Salto, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. (Anexo o Projeto de Lei 118/75, do Deputado WERNER WANDERER, tratando da mesma matéria). “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 85/75, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria no Município de Corbélia, o Distrito Administrativo de ANAHY, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL, COM SUBSTITUTIVO GERAL, da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado, pelo Substitutivo Geral”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 119/75, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Juvionópolis, cuja sede e divisas que constam em Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 137/75, de autoria da CCJ, ex-Proposição 145/75, com redação que especifica, demarca as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto-Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, no Município de Ivaiporã. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 160/75, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria os Distritos Administrativos de Entre Rios, Iguaporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no Município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 181/75, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que cria no Município de Goioerê, os Distritos Administrativos de Rancho D' Oeste e Bandeirantes do Oeste, cuja sede e divisas especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— “Aprovado”

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 115/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 389/76, criando no Município de Umuarama, os Distritos de Vila Alta e Roberto Silveira. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— “Aprovado”.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 150/76, de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que cria no Município de Londrina, o Distrito Administrativo de Maravilha, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— “Aprovado”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, com o apoio do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aparecido Ferreira Lima, Prefeito Municipal de Centenário do Sul.— APROVADO.

A Presidência associa-se em nome da Casa, às manifestações de homenagem póstuma que os Srs. Deputados prestam a quem, no exercício do cargo de prefeito municipal do progressista município de Centenário do Sul, veio a falecer prematuramente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Virgínia Pedroso.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a criação e instalação de uma agência do órgão no Distrito de Missal, Município de Medianeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Ernesto Dal'Oglio constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que seja dotada a Delegacia de Polícia de Santa Helena de viaturas necessárias ao seu serviço.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações dos motivos da não inclusão do percurso Amaporã-Planaltina do Paraná e outros, no plano para pavimentação divulgado no último dia 10.— Em discussão.

O SR. PAULO CAMARGO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à SANEPAR, em forma de pedido de informações, referente a receita e despesas do referido órgão.— Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de através da Secretaria de Transportes, que o Departamento de Estradas de Rodagem efetue sindicância a respeito de materiais destinados pelo Estado ao Município de Toledo que, enviados, não chegaram a seu destino.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente.

Inicialmente desejamos apresentar as nossas congratulações ao eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio, que vem demonstrar o seu cuidado com os negócios públicos, no exercício de sua função parlamentar.

Entretanto, o requerimento que ofereceu à consideração deste Plenário não encontra justificativa capaz de conduzi-lo à aprovação, eis que pretende a constituição de uma Comissão de sindicância para localizar a carga e o destino de materiais da quota do Fundo Rodoviário Nacional que foram segundo seu texto, a Toledo.

Dizemos que não há uma razão plausível, porque o transporte de mercadorias — cimento, ferro — destinadas às Prefeituras Municipais, é feito por conta e sob a responsabilidade das mesmas Prefeituras.

Não cabe, portanto, ao Estado, a partir do momento em que a mercadoria é retirada, qualquer responsabilidade pelo seu destino.

Assim, o Sr. Prefeito Municipal de Toledo que credenciou pessoa para representar seu município junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, credencial essa contendo assinatura de duas testemunhas, poderá, usando de suas atribuições, constituir uma Comissão de Inquérito, para verificar onde se encontra a mercadoria.

Por essa razão, votaremos contra o requerimento e conclamamos os nobres Deputados com assento neste Legislativo, a votarem dessa forma, pois se aprovada, ocorreria, na verdade, uma distorção.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao encaminhar a votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, verificamos, acima de tudo, a magistralíssima formação de homem público do eminente Deputado em se ater à preocupação da defesa econômica do Estado, portanto, dos direitos intangíveis do povo.

Indaga S. Exa., através do requerimento, de quem de direito e pede sindicância para localizar o destino do material à conta do Fundo Rodoviário Nacional, enviado para o município de Toledo.

Exemplo de alta grandiosidade parlamentar, retrato de fidelidade fiscalizativa do exercício do mandato popular, dá, aqui, o nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio. Porque, somos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não simplesmente representantes do poder político, acredito que somos muito mais, revestidos da responsabilidade de um Poder fiscalizativo dos atos do Executivo, estejam eles na área em que estiverem.

Por isso mesmo, a própria Constituição assegura a todos os cidadãos deste País, o direito e o dever de denunciar erros caracterizados como esse, e denunciar prejuízos, estaduais ou municipais, numa oportunidade em que, uma falta de respeito à coisa pública, se caracteriza pelos fatos acontecimentos de todos os dias.

Portanto, além de ser favorável à aprovação deste requerimento, concito aos meus Pares, aos ilustres Srs. com assento neste Parlamento, que dêem, nesta oportunidade, uma demons-

tração de que não somos simplesmente representantes políticos nesta Casa, mas muito mais da coisa pública. Porque entendemos, acima de tudo, que a coisa pública pertence ao povo e ela tem que ser preservada.

Por isto, a carga e o destino de materiais da conta do Fundo Rodoviário Nacional que foram enviados a Toledo têm que chegar a Toledo porque pertencem ao povo toledense.

Tem o meu apoio e espero que este apoio seja de todos os 54 Srs. Deputados representantes de todas as áreas regionais do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente.

O que queria atingir neste requerimento, era a conscientização da importância de não serem os meios os responsáveis para que se possam alcançar os objetivos.

Interessa que o fim, que é o meu objetivo, consiste em despertar a Câmara Municipal, ou alguém dentro de minha Prefeitura, para que tomem conhecimento do caso. Os meios não me interessam. Os efeitos já estarão lá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se fosse uma necessidade, nada teríamos contra o requerimento do eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio. Segundo ele afirma, já alcançou os meios desejados.

A Secretaria dos Transportes quando firma um convênio com um município, o Prefeito credencia um funcionário de seu município, como bem frisou o Deputado Ezequias Losso. E este credenciamento, com duas testemunhas, só esta pessoa pode receber o material fornecido pela Secretaria dos Transportes. A retirada deste material só pode ser feita por esta determinada pessoa credenciada, ou por esta indicada.

Se o requerimento pedisse que a Secretaria dos Transportes fornecesse o número de placas do veículo que retirou este material e quem assinou o recibo, nós votaríamos favoravelmente. Mas o que não pode é que seja nomeada uma comissão nesta Casa para uma sindicância, junto à Secretaria, quando esta não tem responsabilidade nenhuma porque já foi entregue o material à Prefeitura.

Cabe então, isto sim, à Câmara Municipal de Toledo, averiguar para onde foi o material. Mas, informa o eminente Deputado, que qualquer informação que necessitem junto à Secretaria de Transportes, sobre quem retirou o material, número de placas de veículos, com satisfação poderemos pedir junto à Secretaria.

Por este motivo, votaremos contrário ao requerimento porquanto não temos a necessidade desta sindicância. — (Sem revisão do orador).

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tão somente desejava informar ao Sr. Deputado vice-líder, Gilberto Carvalho, que no requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, S. Exa. não solicita e não requer constituição de uma comissão especial de Srs. Deputados. Talvez tenha havido um mal entendido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, ele pede uma sindicância.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar à votação, concedo a palavra ao sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem acontecido, nesta Casa do povo, verdadeiros absurdos.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, a idoneidade do Deputado Ernesto Dal'Oglio quando, zeloso pelas questões do povo vem pedir informações, para posteriores providências, a respeito de materiais que foram remetidos pelo DER à Prefeitura de Toledo, e, Deputados desta Casa negam-se a votar favoravelmente ao requerimento.

Sr. Presidente, isto é um verdadeiro absurdo.

Já disse o Deputado Ernesto Dal'Oglio, que não se interessa pelos meios, interessa-se isto sim, pelos fins; quer o Deputado descobrir, Sr. Presidente, quem é o ladrão do material, quem desviou material que deveria ser da Prefeitura de Toledo e que saiu de Curitiba. Sem paixões políticas, Sr. Presidente, eis que o Prefeito que assinou uma declaração, que está na Mesa de V. Exa., não é do MDB, é da ARENA, como também o atual Prefeito é da ARENA. Isto é zelo, Sr. Presidente, isto é zelo, Srs. Deputados, pelas coisas públicas. Eu fico aqui até desconfiado. Existe um velho ditado que diz: "onde há fumaça, há fogo"; por que os Deputados negarem esse pedido do Deputado Ernesto Dal'Oglio? Nós queremos saber. O Deputado também quer, Sr. Presidente, nós queremos saber, única e exclusivamente ...

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) — Sr. Presidente, como não é permitida a concessão de apartes

no encaminhamento da votação, então, apenas para orientar o nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho é que solicitei esta questão de ordem: talvez o nobre Deputado não tenha lido o requerimento do Deputado Ernesto Dal'Oglio, cujo teor não pede informações. Caso houvesse pedido, votaríamos favoravelmente. Mas não é o caso, não é um pedido de informações. Não somos contra o requerimento, apenas contra os meios pelos quais está formulado.

Aqui não está sendo negado o pedido de informações, eis que não houve pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência recebeu o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, como se fora um pedido de informações.

Acredita a Presidência, que a abertura, a constituição de uma sindicância dependerá tão somente, do DER considerar necessário; se o DER dispuser de condições para informar o Deputado, simplesmente informará. Este é o objetivo do Deputado. Quer me parecer que o pedido não deixa de consubstanciar um desejo de receber uma informação.

Devolvo a palavra, ao Deputado Jayme Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Então, Sr. Presidente, quem estava enganado era o Deputado Gilberto Carvalho.

Realmente é um pedido de informações, conforme anunciou V. Exa. Mesmo que não o fosse, não haveria motivo de se negar votação favorável ao requerimento, eis que o Deputado Ernesto Dal'Oglio está, pura e simplesmente, zelando pelo bem público. Isto me deixa assim ... nem sei como, Sr. Presidente, quando um requerimento desta natureza encontra votação e manifestação contrária, quando, o propósito do requerimento é zelar pelo bem público.

Nós votaremos favoravelmente, sentindo, cordialmente, por aqueles que são contrários numa demonstração de que não estão querendo zelar pelo bem do povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento. APROVADO.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende; fará uma verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Ernesto Dal'Oglio, queiram levantar-se; Os Srs.

Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se Treze Srs. Deputados aprovam; quatro Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende e solicita do Sr. 1o. Secretário que faça a chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. 1o. Secretário — Procedendo a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Vinte e oito (28) Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quorum para deliberação. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita dos Srs. Deputados que tomem assento nos seus lugares e fará uma verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

A Presidência está com algumas dificuldades para fazer a contagem, porque alguns Srs. Deputados que responderam a chamada deixaram o plenário. Consultaria os Srs. Deputados Quilse Crisóstomo, João Fadel e Augusto Carneiro como votam e o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Vinte e oito (28) Srs. Deputados responderam a chamada na constatação; na verificação não há quorum para deliberação.

A Presidência volta a solicitar dos Srs. Deputados que tomem assento nos seus lugares, para viabilizar a verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Consulto à Presidência quantos votaram pelo requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Dezoito Srs. Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então está aprovado o requerimento, datíssima vênica.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está redondamente enganado.

O Regimento Interno admite para aprovação a existência de número, de metade mais um. Vinte (20) Srs. Deputados votaram. Dezoito favoráveis e dois (2) rejeitando e a Presidência não pode dar, Sr. Deputado, como aprovado o requerimento, tendo havido solicitação de verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Regimento Interno fala de vinte e oito (28) para deliberação. Não fala que é vinte e oito mais um.

O SR. PRESIDENTE — Mas a Presidência está solicitando deliberação mediante uma verificação de votação, solicitada pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho. Por esta razão ao anunciar o número, numericamente V. Exa. verá que não há quorum.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. na questão de ordem está dialogando comigo. Então, se V. Exa. anunciou vinte e oito (28) e 18 votaram pelo requerimento, eu entendo, Sr. Presidente,, Srs. Deputados, data vênica, que está aprovado o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está V. Exa. com a palavra, pela ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Parece-me, Sr. Presidente, que V. Exa. está redondamente acertado, quando exige que os Deputados que responderam a chamada nominal declinem os seus votos. O Regimento exige e impõe que em regime de votação

Deputado algum poderá abandonar o plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai determinar nova chamada nominal para constatação de quorum e solicita do Sr. 1o. Secretário que não dê presença para o Sr. Deputado que não permanecer no plenário na hora da votação. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 27 Srs. Deputados.

Não há quorum para deliberação.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — 28 Srs. Deputados responderam a chamada e data vênica necessário seria que o Sr. Secretário corrigisse a contagem dos chamados. E ainda na questão de ordem, Sr. Presidente, eu solicitaria à Mesa ...

O SR. PRESIDENTE — Se. V. Exa. permitir e os Srs. Deputados ficarem, nós poderemos fazer a contagem do que será de fácil verificação.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — Sr. Presidente. A Secretaria informa que responderam a chamada 27 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Mas, realmente, o Deputado Lúcio Machado tem razão, tem 28 Srs. Deputados na Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem Sr. Presidente.

Gostaria que a Secretaria informasse, se está excluído da resposta de chamada, o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Gilberto Carvalho não respondeu a chamada.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Numa rápida verificação, com a ausência do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, estamos em 27 Srs. Deputados no plenário, somando-se o Presidente. Não há quorum para verificação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem Sr. Presidente, parece que a nossa aritmética não confere. Realmente, há neste momento, 27 Srs. Deputados; mas responderam a chamada e estava presente no processo de votação inicial, o Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima; estavam assim, presentes 28 Srs. Deputados. Agora pergunto a V. Exa. se há um dispositivo regimental que impeça o Deputado de abandonar o plenário em processo de votação. O que ocorreu inclusive com o Deputado Gilberto Carvalho, que estava na primeira votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai ler, para conhecimento dos Senhores Deputados o dispositivo regimental que trata do assunto.

“Artigo 176, Parágrafo 2o.: — É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente”.

E caso haja votado por ocasião da verificação correspondente, a ausência do Sr. Deputado determina que se lhe impute falta na presente sessão.

A Presidência não tem outra forma de punir o Sr. Deputado que se ausenta do plenário.

Por não haver quorum para deliberação, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, 6a. feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada na sessão de ontem.

Levanta-se a sessão.